

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

(anteriormente denominada BCBH Participações S.A.)

CNPJ 19.853.511/0001-84



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores:

A Administração da Notre Dame Intermédica Participações submete à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

MSGAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Somos uma das maiores empresas de assistência à saúde no Brasil. Oferecemos planos corporativos de assistência à saúde e odontológicos, provendo serviços de alta qualidade com custo-benefício atrativo, principalmente para a classe média brasileira. Acreditamos que nosso modelo diferenciado de atendimento, caracterizado por uma estrutura verticalmente integrada, representada por nossa rede própria de hospitais e clínicas, permitiu que nos destacássemos entre as principais operadoras de planos de assistência à saúde no Brasil.

O ano de 2016 foi muito positivo para o Grupo Notre Dame Intermédica. Com nossa gestão de custos inteligente e eficiente, conseguimos mesmo num ano com um cenário econômico adverso, registrar expansão em todas as linhas de resultado.

A Receita Operacional líquida da Companhia aumentou 38,7% atingindo R\$4,1 bilhões, fruto do aumento no número de beneficiários, do aumento de ticket médio e das aquisições do Grupo Santamália em novembro de 2015 e do Hospital Family em dezembro de 2015.

Nosso EBITDA Ajustado atingiu R\$497,0 milhões em 2016, com crescimento de 38,9% frente a 2015. Esse resultado foi possível principalmente graças aos esforços para redução da sinistralidade através de: (i) maior controle dos protocolos médicos; (ii) ampliação das iniciativas de medicina preventiva; (iii) esforços de verticalização por meio da internalização de consultas, atendimentos de pronto-socorro e internações; e (iv) a integração Grupo Santamália e do Family, combinados à diluição das despesas administrativas.

Assim como as demais linhas de resultado, o Lucro Líquido da Companhia, apresentou um crescimento significativo de 47,0% com relação ao ano anterior, atingindo R\$85,7 milhões.

Continuamos, em 2016, com a expansão de nossas operações. Em dezembro 2015 adquirimos um imóvel hospitalar em Guarulhos e, ao longo dos últimos meses investimos na reforma e conclusão da obra, com a inauguração programada para o primeiro semestre de 2017. Em novembro de 2016 fizemos a aquisição dos ativos operacionais da Unimed ABC (combinação de negócios), contemplando aproximadamente 57.000 vidas e as operações do respectivo hospital (110 leitos), num movimento que contribui para a expansão do nosso modelo de negócios baseado em produtos de qualidade a preços acessíveis, com base na Missão de "tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros".

Do ponto de vista de gestão de pessoas, tivemos a implementação da Universidade Corporativa por entendermos que investir em capital humano é essencial. Investimos também em novos canais de comunicação interna - como as TVs corporativas, a Revista On-Line SouGNDI e a nova Intranet GNDI; e na implantação do sistema de Recrutamento Interno, permitindo maior oportunidade de crescimento profissional dentro da própria Organização.

Além disso, como somos obstinados pelo aprimoramento contínuo da qualidade e excelência na prestação de serviços de assistência integral à saúde, continuamos a realizar investimentos relevantes em nossos ativos e operações e obtivemos a acreditação em 2016 do nosso Pronto Socorro Barueri. A Companhia conta, atualmente, com 8 hospitais certificados pela Organização Nacional de Acreditação ("ONA").

Os excelentes resultados obtidos em 2016 fortalecem nossa certeza de que estamos no caminho certo, oferecendo uma proposta de valor inigualável a nossos clientes, provendo atendimento de qualidade a preços acessíveis.

CENÁRIO MACROECONÔMICO E SETORIAL

O Brasil enfrentou um ano desafiador em 2016, à medida que (i) o desemprego avançou para a casa das 12 milhões de pessoas desempregadas, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e (ii) houve perda de 1,3 milhões de postos formais de trabalho segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Na mesma direção foram os principais indicadores de atividade econômica e confiança.

Uma vez que a cobertura da saúde suplementar tem correlação com o número de empregos formais, - cerca de 80% dos beneficiários pertenciam a planos coletivos em dezembro de 2016 - o setor de saúde refletiu a instabilidade econômica e sofreu perda de 3,1% no número de beneficiários ante 2015, ao terminar o ano com 47,7 milhões de associados, segundo dados da ANS. A taxa de cobertura dos planos de saúde saiu de 24,1% em 2015 para 23,2% em 2016.

Apesar das adversidades, o Grupo Notre Dame Intermédica alcançou a marca de 2,0 milhões de beneficiários em planos de saúde, o que representou um aumento de 13,5% ante 2015, e 1,3 milhões de beneficiários de planos odontológicos - um aumento de 19,6% na base de beneficiários em relação a 2015.

HISTÓRICO GNDI

"Tornar saúde de qualidade acessível a gerações de Brasileiros"

Ao se nortejar pelo preço justo, prevenção e medicina resolutiva, o Grupo Notre Dame Intermédica tem guiado suas operações nos últimos 49 anos de forma a oferecer a seus associados uma solução de qualidade superior no mercado de saúde suplementar.

A Companhia atua em duas linhas principais de negócio:

Operações de saúde, que contemplam planos corporativos de assistência à saúde, com ampla gama de escolha entre produtos com acesso majoritário à Rede Própria de hospitais e clínicas além de extensa rede de Credenciados; e **serviços hospitalares** nas regiões em que o Grupo Notre Dame Intermédica detém Rede Própria, atendendo também aos associados de outras operadoras ou pacientes particulares; e

Planos corporativos de assistência odontológica, que garantem atendimento odontológico de qualidade em milhares de Credenciados em todo o Brasil; Ao agregar essas linhas de negócio, a Companhia entende que pode tanto garantir a sua sustentabilidade financeira quanto otimizar a experiência do cliente corporativo e do beneficiário final. Isso é possível graças ao modelo verticalizado de atendimento à saúde: hospitais próprios garantem que não haverá procedimentos desnecessários, reduzindo a pressão de custos ao cliente e os riscos ao paciente. Ao mesmo tempo, a associação de planos odontológicos e de saúde oferece ao cliente o acesso completo à saúde.

Desde o início das operações em 1968, a Companhia se dedica à Medicina Preventiva, tornando-se pioneira na Saúde Suplementar quanto a esse tipo de atenção. Entendemos que a prevenção de doenças é o caminho mais sustentável para o Grupo e para o setor de saúde e melhor qualidade de vida para pacientes. Os resultados desse trabalho são vistos nos custos assistenciais controlados da Companhia.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A receita líquida cresceu 39% no período, passando de R\$ 2,9 bilhões em 2015 para R\$ 4,1 bilhões em 2016, tendo sido observado crescimento em cada uma das nossas principais linhas de receita: planos de saúde, planos odontológicos e venda de serviços médico-hospitalares para outros planos de saúde. Contribuíram para este crescimento as aquisições da (i) Santamália Saúde S.A, adquirida em novembro de 2015, com 2 hospitais na cidade de São Paulo e aproximadamente 240 mil beneficiários de planos de saúde e (ii) o Family Hospital S/S Ltda., adquirido em dezembro de 2015, com uma unidade hospitalar na região metropolitana de São Paulo.

O custo dos serviços prestados manteve-se relativamente estável, mas continuamos a observar uma contínua melhoria nos nossos custos-caixa (excluindo as provisões para PEONA, SUS e depreciação) que foram diluídos de 73,72% da receita líquida em 2015 para 73,64% em 2016. O controle do custo tem, como principal alavanca, nossa estratégia de verticalização, onde com a aquisição dos hospitais, passamos a ter um melhor controle da cadeia na prestação de serviços médicos aos nossos beneficiários, bem como terceiros.

As despesas operacionais, incluindo administrativas, comerciais, créditos de liquidação duvidosa e outras também foram diluídas, passando para 18,99% em 2016 versus 19,82% em 2015, fruto de uma busca constante por melhorias de produtividade. A produtividade se traduz em ganho de escala conforme crescemos nosso negócio e adquirimos novas empresas com significativos ganhos de sinergia.

O lucro líquido atingiu R\$ 85,7 milhões, um crescimento de 47% em relação ao ano anterior. Durante o exercício, a Companhia e suas controladas realizaram a amortização de ágio no montante de R\$ 237,4 milhões, gerando o aproveitamento de créditos fiscais no montante de R\$ 81,3 milhões.

INVESTIMENTO DE CAPITAL

Em 2016, a Notre Dame Participações S.A. e suas controladas mantiveram o ritmo de investimentos tendo investido R\$ 261,7 milhões em expansão, reformas, melhorias e através da aquisição dos seguintes ativos e carteiras:

Em 23 de setembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra da carteira de 57 mil usuários, 1 hospital, 5 centros clínicos e 2 unidades de pronto atendimento 24 horas da Operadora de plano de saúde Unimed ABC, cujos resultados passaram a ser consolidados nas nossas demonstrações financeiras a partir de dezembro de 2016 com as aprovações do CADE e ANS.

Em 27 de Dezembro de 2016, a Companhia celebrou contrato de compra da Tijuca - Serviços de Assistência Médica - Cirúrgica Infantil Ltda.(Hospital SAMCI), localizado na capital do Rio de Janeiro no Bairro da Tijuca, possuindo capacidade para 80 leitos sendo 17 em UTI pediátrico oferecendo internação clínica e cirúrgica, além de possuir ambulatório e Pronto Atendimento 24 horas, consultas eletivas em diversas especialidades, exames e serviços de suporte diagnóstico, cujos resultados passarão a ser consolidados nas nossas demonstrações financeiras a partir de Março de 2017 com o fechamento definitivo da operação.

Em 23 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou contrato de compra de dois hospitais: o Hospital São Bernardo e o Hospital Baeta Neves. O São Bernardo é um hospital geral com pronto-socorro, e o Baeta Neves é um hospital pediátrico com pronto-socorro, ambos localizados na cidade de São Bernardo do Campo- SP.

ENDIVIDAMENTO

Em 31 de dezembro de 2016, o endividamento total (representado pela soma dos empréstimos e financiamentos e debêntures, circulante e não circulante, e a parcela diferida do preço de aquisição) da Companhia atingiu o montante total de R\$873,2 milhões, enquanto a sua dívida líquida (expressa pelo endividamento total menos o total de caixa e equivalentes de caixa, incluindo aplicações financeiras) era de R\$181,1 milhões, representando uma redução de 5,7% em seu endividamento total e de 38,3% em sua dívida líquida quando comparado com o endividamento total e a dívida líquida em 31 de dezembro de 2015.

A Companhia possui 2 séries de debêntures, somando R\$700 milhões com as seguintes características:

- (i) Primeira Emissão: R\$400 milhões; vencimento até 2020; remuneração CDI+2,75%
- (ii) Segunda Emissão: R\$300 milhões; vencimento até 2021; remuneração CDI+3,45%

Distribuição de Resultados

O lucro líquido do exercício de 2016 será destinado a constituição de Reservas Estatutárias e reinvestimento para o plano de crescimento.

Gestão de Pessoas

Ao longo dos últimos 3 anos a Companhia passou por uma série de transformações. Sem dúvida alguma, uma das maiores alterações se deu na área de Recursos Humanos, através de uma mudança na cultura organizacional, fazendo com que a empresa se transformasse numa empresa empreendedoradora com uma abordagem profissional e única.

A Companhia acredita que uma equipe comprometida e experiente no setor de assistência à saúde constitui vantagem competitiva decisiva no complexo mercado de atuação.

Em 2016 a Companhia encerrou o ano com 8.923 colaboradores (crescimento de 29,6% na comparação com 2015), com maior concentração na cidade de São Paulo (71,1% do total). O aumento no número de empregados de 6.885 para 8.923, deu-se, principalmente, em função das aquisições do Grupo Santamália Saúde e do Hospital Family em 2015, ampliando a categoria denominada assistencial (funcionários diretamente ligados às atividades de assistência à saúde).

INOVAÇÃO

A Companhia é pioneira em programas de medicina preventiva, apresentando uma atuação no mercado desde 1982. As suas unidades de atendimento de tratamento preventivo são marcadas por três níveis de performance: promoção saudável (incitando a adoção de hábitos saudáveis por meio de palestras, oficinas, campanhas, grupos de apoio e orientações individuais); prevenção de complicações (pacientes crônicos, idosos, gravidez de alto risco e oncologia); e prevenção de incapacitação (casos complexos, tratamentos domiciliares, apoio a cuidadores). A Companhia realiza monitoramentos via *call center* e atendimentos por meio de equipes multidisciplinares e multiprofissionais.

Contamos com 10 unidades com infraestrutura adequada para a realização de atendimentos de alto risco e complexidade, proporcionando melhoria da adesão ao tratamento, maior resolutividade e, consequentemente, redução de internações e de custo. São 96.635 membros inscritos no total, classificados como grupos de risco. A Companhia entende que os programas de medicina preventiva oferecidos nos seus serviços no segmento Saúde proporcionam a redução dos custos operacionais da Companhia. A título ilustrativo, a cada R\$1,00 investido em programas de medicina preventiva, a Companhia economiza aproximadamente R\$6,00 em despesas médicas por Beneficiário.

Atualmente, a Companhia possui 6 programas aprovados e auditados pela ANS:

- Núcleo de assistência aos pacientes crônicos adultos:** Atende a população portadora de doenças crônicas, que se beneficia de um tratamento multidisciplinar coordenado e individualizado, reduzindo o índice de mortalidade;
- Programa de assistência ao idoso:** Programa proporciona tratamento abrangente e multidisciplinar aos idosos, levando a melhoria da qualidade de vida e índice de mortalidade.;
- Programa gestação segura:** Programa prevê o acompanhamento do pré-natal das gestantes com equipe especializada, reduzindo riscos à saúde da mãe e do bebê;
- Programa de atendimento ao paciente com anticoagulação:** controle estrito constante de exame de sangue de pacientes com trombose/embolia que fazem uso de anticoagulação oral para evitar novas complicações hemorrágicas ou trombóticas com risco de vida ou de sequelas;
- Programa de atendimento ao paciente renal crônico:** programa de acompanhamento de pacientes com doenças renais;
- Programa de apoio a obesidade mórbida:** Emprego de ações preventivas primárias específicas na promoção da saúde e resgate da qualidade de vida desses pacientes, atuando na população de alto risco através do atendimento centralizado com equipe multidisciplinar, permitindo o melhor controle da doença, redução das complicações, e avaliação para tratamento cirurgia bariátrica.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA

A diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Contábeis contidas neste relatório e opinião expressa no parecer do Auditor Independente referente às mesmas.

RELACIONAMENTO COM AUDITOR INDEPENDENTE

Ao longo do exercício de 2016, a Companhia utilizou os serviços de auditoria independente da Ernest Young Auditores Independentes S.S. ("EY") para realizar auditoria e emitir relatórios sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A administração da Companhia informa que tem como política não contratar o auditor independente em serviços de consultoria que possam gerar conflitos de interesse. A administração e seu auditor independente entendem que os serviços mencionados não geram conflitos de interesse, e, portanto, não apresentam riscos de independência de acordo com as regras vigentes no Brasil.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Ativo					
Circulante		113	9	1.048.544	908.179
Caixa e equivalentes de caixa	7	113	9	30.651	18.292
Aplicações financeiras	8	-	-	636.760	613.795
Contas a receber de clientes	9	-	-	170.957	128.341
Estoques	-	-	-	27.514	23.177
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	39.653	38.810
Créditos tributários e previdenciários	11	-	-	34.632	26.256
Outros ativos circulante	12	-	-	108.377	59.508
Não circulante		1.412.196	1.260.076	2.371.075	2.203.958
Realizável a longo prazo		57	54	637.990	591.736
Aplicações financeiras	8	-	-	24.771	-
Impostos diferidos ativos	13	-	-	317.819	390.989
Depósitos judiciais e fiscais	14	-	-	209.425	176.357
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	58.001	-
Outros ativos não circulante	12	57	54	27.974	24.390
Investimentos	15	1.412.139	1.260.022	-	-
Imobilizado	16	-	-	457.809	339.128
Intangível	17	-	-	1.275.276	1.273.094
Total do ativo		1.412.309	1.260.085	3.419.619	3.112.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante		-	-	1.048.102	817.902
Fornecedores	-	-	-	46.934	53.574
Salários a pagar	-	-	-	81.296	90.082
Tributos e encargos sociais a recolher	18	-	-	110.166	78.565
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	820
Debêntures	-	-	-	111.480	72.529
Provisões de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	5.982	1.742
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	620.618	492.540
Outros passivos circulante	21	-	-	70.675	28.500
Não circulante		310.474	273.898	1.269.682	1.308.048
Tributos e encargos sociais a recolher	18	-	-	11.953	11.675
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1.331	2.539
Debêntures	19	-	-	538.746	634.961
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	20	-	-	10.937	5.778
Parcela diferida do preço de aquisição	23	220.736	214.920	220.736	214.920
Impostos diferidos passivos	13	-	-	204.164	222.346
Provisões para ações judiciais	22	-	-	229.883	195.801
Outros passivos não circulante	21	89.738	58.978	51.932	20.028
Patrimônio líquido		1.101.835	986.187	1.101.835	986.187
Capital social	24.a	992.983	992.873	992.983	992.873
Reservas:		108.852	28.607	108.852	28.607
Reserva de capital e opções outorgadas	24.b e 29	58.409	28.607	58.409	28.607
Reserva de lucros	24.c	50.443	-	50.443	-
Prejuízo acumulado	-	-	(35.293)	-	(35.293)
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.412.309	1.260.085	3.419.619	3.112.137

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	-	85.736	58.330	85.736	58.330
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício		85.736	58.330	85.736	58.330

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		85.736	58.330	85.736	58.330
Lucro líquido do exercício	-	-	-	133.982	114.243
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	4.202
Impairment sobre intangível	27.c	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	15	(137.771)	(107.733)	-	-
Atualização monetária de contingência e depósitos judiciais	14 e 22	-	-	(2.674)	(2.177)
Provisões para ações judiciais	22	-	-	51.932	40.913
Ajuste a mercado sobre aplicações financeiras	8.a	-	-	302	245
Receitas com aplicações financeiras	8.a	-	-	(80.319)	(61.608)
Despesas com variação cambial	8.a	-	-	3.368	-
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	13	-	-	48.488	83.065
Variação provisões técnicas	20.c	-	-	16.120	(15.458)
Perdas (reversão) com crédito de liquidação duvidosa	9	-	-	(49.058)	15.312
Perda efetiva com crédito	9	-	-	87.785	13.615
Amortização despesas de comercialização diferidas	10	-	-	64.692	28.784
Ajuste a valor presente	23	36.574	34.600	36.575	34.600
Outros	19	-	-	116.041	71.176
Apropriação programa <i>stock options</i>	29	15.455	14.801	15.455	14.801
Valor residual de ativo imobilizado baixado	16	-	-	6.788	9
Outros	-	-	-	97	98
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(44.248)	(60.746)
(Aumento) redução dos ativos operacionais		-	-	(81.343)	(41.205)
Contas a receber de clientes	9	-	-	(4.337)	(8.927)
Estoques	-	-	-	-	16.972
Créditos tributários e previdenciários	-	-	-	-	(23.536)
Despesas de comercialização diferidas	10	-	-	(123.576)	(59.974)
Impostos diferidos ativos	-	-	-	73.170	3.262
Depósitos judiciais	14	-	-	(18.322)	2.520
Outros ativos	12	-	(4)	(52.453)	(15.139)
Aumento (redução) dos passivos operacionais		-	-	(6.640)	27.317</

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

(anteriormente denominada BCBH Participações S.A.)

CNPJ 19.853.511/0001-84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

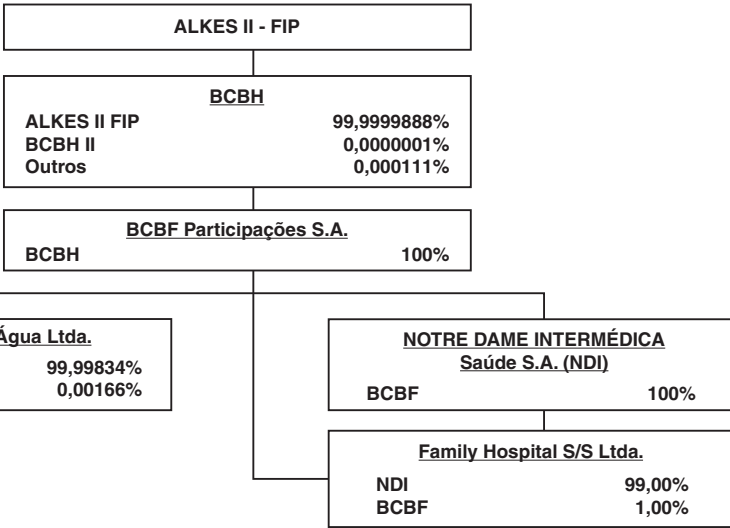
1. Notre Dame Intermédica Participações S.A. anteriormente denominada BCBH Participações S.A. (doravante denominada por "Companhia") é uma *holding* de capital fechado que tem como objeto social a participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista, com sede em São Paulo na Avenida Paulista, nº 867, Bairro Bela Vista e foi constituída em 18 de fevereiro de 2014.

A Notre Dame Intermédica Participações S.A. é controladora direta da BCBF Participações S.A. ("BCBF"), uma "holding" de capital fechado, e indireta das empresas do Grupo Notre Dame Intermédica composto pelas empresas Notre Dame Intermédica Saúde S.A. ("Intermédica"), Family Hospital S.S. Ltda. e Acqua Blue Transporte de Água Ltda. - Epp. As controladas direta e indiretas são entidades de capital fechado reguladas ou não pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e tem por objeto social a prestação de serviços nos campos da medicina, odontologia, hospitalar e de medicina social e ocupacional, abrangendo a operação de hospitais e centros clínicos próprios por meio da celebração de contratos de assistência médica com pessoas físicas e jurídicas, entidades públicas ou particulares e participações.

2. AQUISIÇÕES E REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Companhia e suas controladas por meio do seu plano estratégico de crescimento e expansão através de aquisições e reestruturação societária, realizou os seguintes eventos societários no exercício social de 2016:

- Incorporação**
Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de março de 2016 foi aprovado o Protocolo de Incorporação e incorporação das empresas listadas abaixo pela Notre Dame Intermédica Saúde S.A., tendo em vista que as empresas pertencem ao Grupo Notre Dame e seu objetivo é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e interagir operacionalmente.
 - Interdonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda.
 - Santamália Saúde S.A.
 - Hospital Bosque da Saúde S.A.
 - Hospital Montemagno S.A.
- Aquisição dos ativos operacionais da Unimed ABC (Combinação de negócios)**
Em 23 de setembro de 2016, a controlada indireta Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou contrato de compra da carteira de 70 mil usuários, e dos ativos operacionais da Unimed ABC, sendo composto por 1 hospital, 5 centros clínicos e 2 unidades de pronto atendimento 24 horas para Operação. Com a aquisição a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu toda a carteira de clientes, ativos e funcionários o que caracterizou uma combinação de negócios. A estrutura societária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era a seguinte:



3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as apresentadas informações comparativas em relação ao período anterior.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia e suas controladas.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas para emissão pela Administração em 03 de julho de 2017.

b) Base de consolidação
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e foram utilizadas informações encerradas nas mesmas datas-base e consistentes com as práticas contábeis.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia;
- A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores.
- Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo Grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminadas na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes das demonstrações financeiras consolidadas e o saldo resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo. As controladas incluídas na consolidação são as seguintes:

	Participação Acionária		31 de dezembro de 2015	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
BCBF Participações S.A.	100%	—	100%	—
Notre Dame Intermédica Saúde O.A.	—	100%	—	100%
Interdonto Sistema de Saúde Odontológica Ltda.	—	—	—	100%
Santamália Saúde S.A.	—	—	—	100%
Hospital Bosque da Saúde S.A.	—	—	—	100%
Hospital Montemagno S.A.	—	—	—	100%
Family Hospital S.S. Ltda.	—	100%	—	100%
Acqua Magna Lavanderia Ltda.	—	—	—	100%
Acqua Blue Transporte de Água Ltda.	—	100%	—	100%

c) Representação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Conforme o item nº36/2017/CVM/DRE/SEP da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Companhia está representando as demonstrações financeiras consolidadas oficialmente em 12 de maio de 2017, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Na representação foram efetuados o aprimoramento na divulgação das respectivas notas explicativas citadas abaixo:

- Nota explicativa 6.c Risco cambial - incluído a teste de sensibilidade;
- Nota explicativa 6.e Isolamento de taxa de juros dos instrumentos financeiros - aprimoramento qualitativo no quadro de sensibilidade;
- Nota explicativa 16. Rimobilizado - incluída a vida útil e taxa média de depreciação, período de análise de deterioração e a alocação das contrapartidas no resultado;
- Nota explicativa 17. Intangível - incluída a vida útil e taxa média de depreciação, período de análise de deterioração e a alocação das contrapartidas no resultado;
- Nota explicativa 19. Derivativos - alteração na classificação do nível hierárquico da mensuração do valor justo;
- Nota explicativa 24.c Reservas de Lucros - aprimoramento no texto, conforme estatuto da Companhia;
- Nota explicativa 24.e Dividendos e juros sobre capital próprio - aprimoramento no texto conforme estatuto da Companhia;
- Nota explicativa 29 Plano de pagamento baseado em ações - correção no plano de opções de compras de ações;
- Nota explicativa 36. Valores subsequentes - atualização dos eventos para a nova data das demonstrações financeiras reapresentadas.

d) Demonstração do valor adicionado (DVA)
A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

e) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

f) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis
As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens subjetivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor em uso dos ativos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outros provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

g) Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetuou a segregação de ativos e passivos no balanço patrimonial entre circulante e não circulante. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando atendem às seguintes premissas:

- Espera-se que seja realizado ou liquidado, ou pretenda-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); e
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Todos os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

h) Normas e interpretações emitidas mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016
As normas e interpretações emitidas mas não ainda adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são aplicáveis em vigor em 2016. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros do projeto: Reconhecimento e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada. Exceto para contabilidade de hedge, é exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

Para contabilidade de hedge, as exigências são geralmente aplicadas prospectivamente, salvo poucas exceções.

A Companhia planeja adotar a nova norma na efetiva data de entrada em vigor. No decorrer de 2015, a Companhia realizou uma avaliação de alto nível do impacto de todos os três aspectos das IFRS 9. Essa avaliação preliminar baseia-se nas informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças em razão de análises detalhadas complementares ou informações adicionais cabíveis e evidenciáveis que sejam disponibilizadas para a Companhia no futuro.

a) Classificação e mensuração
A Companhia não espera um impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração da IFRS 9. A Companhia espera continuar a mensurar a valor justo todos os ativos financeiros atualmente mantidos a valor justo.

Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e devem dar origem a fluxos de caixa que se apresentem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia espera que esses continuem a ser mensurados pelo custo amortizado segundo a IFRS 9. No entanto, a Companhia analisará as características dos fluxos de caixa contratuais desses instrumentos em mais detalhes antes de concluir se todos esses instrumentos atendem os critérios para mensuração pelo custo amortizado segundo a IFRS 9.

b) Perdas por redução do valor recuperável ("Impairment")
A IFRS 9 requer que a Companhia registre perdas de crédito esperadas sobre todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, para 12 meses ou em base vitalícia. A Companhia espera aplicar o modelo simplificado e registrar as perdas esperadas em base vitalícia sobre todas as contas a receber de clientes. A Companhia não espera um impacto em seu patrimônio líquido devido à natureza de seus empréstimos e recebíveis, mas precisa realizar uma análise mais detalhada que considere todas as informações cabíveis e evidenciáveis, inclusive elementos prospectivos para determinar a extensão do impacto.

Contas Regulatórias Diferidas
A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas à regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para o saldo de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.

A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. Essa norma não seria aplicável, pois a Companhia elabora suas demonstrações financeiras com base nas IFRS em vigência.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes
A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A IFRS 15 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as atuais IFRS.

As exigências de apresentação representam uma alteração significativa em relação à prática atual e aumentam consideravelmente o volume de divulgações exigido nas demonstrações financeiras da Companhia. Muitas das exigências de divulgação da IFRS 15 são totalmente novas. Em 2016, a Companhia desenvolveu e iniciou os testes de sistemas, controles internos, políticas e procedimentos adequados necessários para coletar e divulgar as informações requeridas.

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture).

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) proporcionalmente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

IAS 7 - Iniciativa de divulgação - Alterações à IAS 7
As alterações à IAS 7 demonstram de fluxos de caixa fazer parte da iniciativa de divulgação do IASB e exigem que uma entidade forneça divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, incluindo tanto as

mutações provenientes de fluxos de caixa como mudanças que não afetam o caixa. Na adoção inicial da alteração, as entidades não são obrigadas a fornecer informações comparativas relativamente a períodos anteriores. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. A adoção das alterações resultará em divulgação adicional pela Companhia.

IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas - Alterações à IAS 12
As alterações esclarecem que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal em vigor cria fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível. Além disso, as alterações fornecem orientações sobre a forma como uma entidade deve determinar lucros tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que o lucro tributável pode incluir a recuperação de alguns ativos por valores maiores do que seu valor contábil. Essas alterações devem ser aplicadas retrospectivamente. Contudo, na adoção inicial das alterações, a mudança no patrimônio líquido inicial do período comparativo mais antigo pode ser reconhecida nos lucros acumulados iniciais (ou em outro componente do patrimônio líquido, conforme o caso), sem alocação das alterações entre os lucros acumulados iniciais e outros componentes do patrimônio líquido. Essa entidade que adotarem essa isenção devem divulgar tal fato. As mudanças estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2017, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade adotar as alterações por um período anterior, ela deve divulgar tal fato. A expectativa é que não ocorra nenhum impacto sobre a Companhia como resultado dessas alterações.

IFRS 2 - Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IAS 28
O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e contabilidade quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada. A Companhia está avaliando os impactos potenciais das alterações sobre suas demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil
A IFRS 16 foi aprovada em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, IFRS 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, SIC-15 Arrendamentos operacionais - Inativos e SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros pessoais à IAS 17. A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o prazo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo de arrendamento como resultado da determinação de eventos (por exemplo, uma mudança no prazo de arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como consequência da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendatário com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendatários continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17. A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida, mas não antes da adoção da IFRS 15. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retroatividade completa ou uma abordagem modificada da retroatividade. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram as seguintes:

- **Caixa e equivalentes de caixa**
Caixa corresponde às disponibilidades que inclui dinheiro em caixa e em bancos, bem como numerários em trânsito que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da Companhia e para a qual não haja restrições de uso imediato.

- **Equivalentes de caixa** são ativos de alta liquidez, que são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, os quais possuem vencimentos originais em até três meses de sua aquisição com risco insignificante de mudança de valor.

- **Instrumentos financeiros**
(i) Ativos financeiros
Reconhecimento inicial e mensuração
Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, conforme a situação até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge efetivos, independentemente de todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que se atribuírem à aquisição do ativo financeiro.

- **Vendas e compras de ativos financeiros** que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados.

- **Mensuração subsequente**
Ativos financeiros subsequentes, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:
 - Para fins de mensuração a valor justo por meio do resultado;
 - Empréstimos e contas a receber;
 - Investimentos mantidos até o vencimento;
 - Investimentos financeiros disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

- Um ativo financeiro é classificado como valor justo por meio do resultado se:
 - For adquirido principalmente para ser vendido em curto prazo;
 - No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo; e
 - For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de hedge efetivo.

- **Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado**
Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporados os dividendos ou juros auferidos pelos ativos financeiros, sendo incluído na demonstração do resultado.

- **Empréstimos e recebíveis**
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

- **Os valores vencidos acima de 60 dias para as pessoas físicas e acima de 90 dias para pessoas jurídicas e que não estão provisionados para perda são decorrentes de valores de glosa referente a prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais e que estão sendo questionados juridicamente, ou valores suportados por depósito judicial como garantia.**

- **Estimativa do Valor Justo**
A mensuração do valor justo de acordo com o nível hierárquico, destacados a seguir, e tem como política de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras.

- **Hierarquia de valor justo**
Os valores de referência foram definidos como segue:
 - Nível 1: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1", mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e
 - Nível 3: títulos que não possuem seu custo determinado com base em um mercado observável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não efetuou transferências entre ativos financeiros, bem como não houve transferências entre níveis hierárquicos.

As aplicações financeiras da Companhia são registradas e divulgadas a valor justo e são classificadas de acordo com o nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, conforme nota 8.

- **Instrumentos financeiros derivativos**
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não possuem posições ativas ou passivas decorrentes de operações realizadas com instrumentos financeiros derivativos.

- **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável na data do balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

- **Provisão para perdas sobre créditos**
A provisão para perdas sobre créditos é constituída sobre os créditos vencidos há mais de 60 dias para os contratos com pessoa física (pessoas individuais) e há mais de 90 dias para os contratos com provisão jurídica (planos coletivos e corporativos), salvo casos específicos avaliados individualmente pela Administração. Adicionalmente, é constituída provisão para todas as parcelas a vencer desportos, contratos.

- **Os valores vencidos acima de 60 dias para as pessoas físicas e acima de 90 dias para pessoas jurídicas e que não estão provisionados para perda estão amparados por valores de glosa de garantia por ser decorrentes de valores de glosas de prestação de serviços médicos hospitalares dentro dos prazos contratuais.**

- **Ajuste a valor presente de ativos e passivos**
Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados em seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante para as demonstrações de balanço e demonstrações de fluxo de caixa e de balanço patrimonial, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração.

- **(ii) Passivos financeiros**
Reconhecimento inicial e mensuração
Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

- **Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos de arrendamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.**

- **Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira.**

- **Mensuração subsequente**
A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:
 - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado
 - Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros significativos no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

- **Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 - Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.**

- **Empréstimos e financiamentos**
Os empréstimos e financiamentos, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

- **Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.**

- **Despesas de comercialização diferidas (DAC - Deferred Acquisition Cost)**
As despesas de comercialização referem-se aos agenciamentos e são amortizadas de acordo com o prazo de vigência dos contratos e são refletidas no saldo da conta "Despesas de comercialização diferida" no ativo circulante e não circulante. Em 2016 através de estudo técnico a Companhia decidiu reavaliar a estimativa adotada para amortização das despesas de comercialização e iniciou o diferimento pelo prazo de 36 meses (anterior 12 meses) de forma prospectiva conforme IASB. O efeito dessa mudança de prática contábil tem por finalidade de adequar a amortização das despesas de comercialização com o prazo de permanência dos contratos. O saldo a ser diferido está refletido nas rubricas "Despesas de comercialização diferida", no circulante que compreende o saldo de até 12 meses e no ativo não circulante para o saldo superior a 12 meses.

- **Investimento Controladora**
Durante o exercício social de 2016 e 2015, a participação societária que a Companhia possuía em suas controladas estava avaliada pelo método da equivalência patrimonial.

- **Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações na participação após a efetiva transferência do controle.**

- **A participação nos resultados operacionais das controladas está demonstrada na demonstração do resultado como "Equivalência patrimonial".**

- **As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as da Companhia. Quando necessário, são realizados ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.**

- **Imobilizado**
Imóveis, veículos, instalações, máquinas e equipamentos e utensílios são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

- **Os custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.**

- **Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.**

- **Um item do imobilizado é baixado quando o custo do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.**

- **O valor residual, vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustado de forma prospectiva, quando for o caso.**

- **Intangível**
Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial e, após o reconhecimento inicial, apresentados ao custo, menos amortização e/ou perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida, sendo que os ativos intangíveis com vida útil econômica definida são amortizados pelo método linear, pelas taxas mencionadas na nota explicativa nº 17 e avaliados por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. A amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria da despesa consistente com a sua utilização.

- **Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios, reconhecidos separadamente do ágio, são registrados pelo valor justo na data da aquisição.**

- **Subsequentemente ao reconhecimento inicial, tais ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.**

- **Operações ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)**
Até o reconhecimento inicial, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, a redução ao valor recuperável que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

- **O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.**

- **Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.**

- **O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com atos semelhantes.**

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

(anteriormente denominada BCBH Participações S.A.)

CNPJ 19.853.511/0001-84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Provisões, ativos e passivos contingentes

A avaliação das contingências passivas é efetuada observando-se as determinações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As provisões para ações judiciais são constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos; a causa das ações; similaridade com processos anteriores; complexidade e o posicionamento do judiciário, sempre que a perda possa ocasionar uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos são provisionados quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Obrigações legais decorrem de discussões administrativas ou judiciais cujo objeto de contestação à sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação aplicável. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura, resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido
A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferida ("impostos diferidos") são reconhecidos nas diferenças temporárias no fim de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros proporcionarão a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado ao montante que se estima recuperar. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas provisões previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultam da forma na qual se espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

l) Plano de pagamento baseado em ações - Stock options
O plano de pagamento baseado em ações - Stock options, está classificado como instrumento patrimonial, detalhado na nota explicativa 29, calculado com base no valor atribuído a permanência e a performance dos participantes, determinado pelo valor justo das opções outorgadas, estabelecido na data da outorga de cada plano, utilizando um modelo de precificação de opção, e é reconhecido como despesa durante o período de carência em contrapartida da conta de "reserva de capital" no patrimônio líquido. Os participantes do plano de pagamento baseado em ações restringem-se aos executivos da Companhia e suas controladas.

m) Arrendamentos mercantis
A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseada na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo específico e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo, mesmo se esse ativo não estiver explícito no contrato. Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil.

Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais direitos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamentos mercantis financeiros são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantis financeiros, de forma a obter taxa de juros constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil. A Companhia atualmente mantém bens arrendados reconhecidos como um arrendamento financeiro.

n) Lucro por ação
(i) Lucro básico
O cálculo do lucro básico por ação é elaborado através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela média ponderada das ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

(ii) Lucro diluído
O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

o) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio
A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados em Assembleia.

p) Reconhecimento de receita
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento é recebido. A receita é contabilizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

As receitas de contraprestações, na modalidade de preço pré-estabelecido, são apropriadas no resultado pelo montante correspondente ao período de cobertura do risco incorrido (pro rata die). Nos casos em que a fatura é emitida antecipadamente em relação ao período de cobertura dos contratos com clientes, o valor dos contratos com os clientes é registrado na rubrica "Provisões técnicas de operações de assistência à saúde", no subitem "Provisão de Contraprestação Não Ganha - PPCNG", conforme destacado na nota explicativa 20, classificada no passivo circulante.

As receitas pertinentes aos serviços prestados de assistência à saúde são contabilizadas pelo regime de competência. q) Reconhecimento dos custos dos próprios prestados
Os custos com a operação da rede própria de atendimento são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Os custos dos serviços prestados pela rede credenciada de atendimento (hospitais, laboratórios e clínicas), são contabilizados com base nas notificações que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos.

r) Segmentação
Os segmentos operacionais são apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões da Companhia e suas controladas operacionalmente pela aplicação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais. As informações por segmento da Companhia estão segregadas em:

(i) Saúde - prestação de serviços nos campos da medicina, hospitalar, medicina social e ocupacional.
(ii) Odontológico - prestação de serviços de contrato de seguro de odontologia.
s) Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT)
O CPC 11/IFRS4 requer que as seguradoras e empresas equivalentes que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem os passivos registrados em cada data de divulgação das demonstrações financeiras através de um teste mínimo de adequação. Esse teste deve ser realizado utilizando-se premissas atuais realistas para os fluxos de caixa futuros de todos os contratos classificados como contratos de seguro. Estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste.

Caso a avaliação mostre que o valor do passivo por contrato de seguro está inadequado à luz dos fluxos de caixa futuros estimados, a insuficiência deverá ser reconhecida no resultado. A Companhia realizou testes de consistência das provisões de sinistros e estudo de índice combinado por segmentação da carteira e verificou que do ponto de vista global, por segmento, as provisões se mostraram adequadas em todas as segmentações, não tendo sido detectada qualquer necessidade de constituições de provisões adicionais em 31 de dezembro de 2016.

t) Combinação de negócios
Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

u) Adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e acordá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida. Qualquer reconhecimento contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. De acordo com a CPC 15 (R1) - Combinação de negócios, se a contabilização inicial de uma combinação de negócio estiver incompleta, o adquirente deverá ajustar retrospectivamente e reportar os valores em suas demonstrações financeiras como itens provisórios até que conclua que não existem eventos circunstanciados a data da aquisição e que tais mensurações não excedam a um ano da data de aquisição. O período de mensuração é o período que se segue a data da aquisição, durante o qual o adquirente pode ajustar os valores provisórios reconhecidos para uma combinação de negócios.

Após o período de mensuração, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado e avaliado diretamente nas unidades geradoras de caixa como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquirentes (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquirentes, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirentes em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

5. COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

5.1. Aquisição das empresas do Grupo Santamália e Hospital Family
Em 16 de novembro de 2015, a Companhia por meio de sua controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu o controle acionário de 100% do Grupo Santamália, composto pelas empresas Santamália Saúde S.A., Hospital Bosque da Saúde S.A., Hospital Montegomery S.A..

Em 23 de dezembro de 2015, a controlada indireta Notre Dame Intermédica adquiriu o controle do Hospital Family com a finalidade de expansão no mercado de plano de saúde e atendimento verticalizado de sua rede de hospitais e pronto atendimento.

	Santamália	Family
Parcela paga em caixa	204.865	74.800
Parcela retida ¹	5.000	11.500
Valor da transação	209.865	86.300
As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente foram classificadas como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.		

a. Valor justo dos ativos e passivos identificados
O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis nas respectivas datas de aquisições estão sendo apresentadas a seguir:

	Santamália	Family
Ativo		
Ativo circulante	73.079	929
Caixa e equivalente de caixa	2.008	15
Realizável a curto prazo	71.071	914
Aplicações financeiras	46.713	-
Contas a receber	14.661	-
Despesas diferidas	1.686	-
Créditos tributários e previdenciários	5.684	-
Outros ativos	2.327	914
Não circulante	156.571	24.181
Realizável a longo prazo	26.245	4.252
Créditos tributários e previdenciários	22.338	3.910
Depósitos judiciais e fiscais	1.515	342
Outros ativos	2.392	-
Investimento	34.451	-
Imobilizado	70.894	1.856
Intangível	22.981	18.073
Total do ativo	249.650	25.110
Passivo		
Passivo circulante	117.124	2.079
Provisões técnicas	87.992	-
Débitos operacionais	731	-
Tributos e encargos sociais a recolher	2.774	-
Outros passivos	25.627	2.079
Não circulante	24.550	13.537
Realizável a longo prazo	24.550	13.537
Provisões técnicas	5.904	-
Passivo diferido	1.179	202
Provisões judiciais	15.594	11.500
Parcelamentos de tributos e contribuições	1.873	-
Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-
Débitos diversos	-	1.835
Total dos passivos assumidos	141.674	15.616
Total dos ativos líquidos (valor justo)	87.976	9.494

b. Ágio contábil e ativos tangíveis e intangíveis identificados na combinação de negócios

Valor de alocação	Santamália	Family	Santamália	Family
Ativos tangíveis identificáveis	57.040	-	10.500	-
Marca	1.585	227	5 meses	6 meses
Relacionamento com clientes	18.924	17.358	6 anos e 4 meses	4,5 anos
Acordo de não concorrência	192	134	5 anos	5 anos
Total de ativos tangíveis e intangíveis identificáveis	77.741	17.179		

Ágio Contábil
Valor da transação 209.865 86.300
Patrimônio líquido (passivo descoberto) adquirido 6.719 (8.568)
Ativos tangíveis e intangíveis 77.741 17.179
Ágio Contábil **125.405** **77.149**

5.2. Aquisição de ativos e outras avenças - Unimed ABC
Em 21 de novembro de 2016, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A. assumiu a carteira da operadora de plano de saúde Unimed ABC e seus ativos operacionais. A operação efetuada foi analisada pela Companhia e caracterizada como uma combinação de negócios.

A aquisição tem como objetivo maior penetração da operadora Notre Dame Intermédica na região do ABC na Grande São Paulo, e o aumento de seu atendimento verticalizado através de sua rede de hospitais e ponto de atendimento.

	Unimed ABC
Valor pago em caixa	75.972
Parcela retida ¹	49.028
Valor da transação	125.000
Parcela retida - O contrato prevê que o valor mantido em conta vinculada e conta garantida no montante de R\$24.514, respectivamente, será retido por um período de 6 anos a partir da data de fechamento de forma a garantir as obrigações de indenizar da vendedora, devendo ser liberado total ou parcialmente.	
a) Valor justo dos ativos e passivos identificados	
O valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis nas respectivas datas de aquisições estão sendo apresentadas a seguir:	

	Unimed ABC
Ativo	
Ativo circulante	897
Realizável a curto prazo	897
Estoque	897
Não circulante	57.798
Imobilizado	35.886
Intangível	21.912
Total do ativo	58.695
Passivo	
Passivo circulante	5.171
Provisões técnicas	5.073
Décimo terceiro salário	99
Total do passivo	5.171
Total do ativo líquido assumido (valor justo)	53.524

Ágio contábil e ativos tangíveis e intangíveis identificados na combinação de negócios:

	Unimed ABC	Vida útil
Valor de alocação	2.477	1 ano a 45 anos
21.892	18.292	85 meses a 133 meses
24.369		

Mais-valia do ativo imobilizado adquirido
Relacionamento com clientes
Ágio Contábil
Valor da transação 125.000
Valor justo dos ativos adquiridos 53.524
Ágio Contábil **71.476** Indefinida

6. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia detém o controle de empresas que operam exclusivamente com planos de saúde, rede própria (hospitais e pronto atendimento) e odontológico destinado a uma ampla variedade de clientes corporativos, associações e individuais. Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

a. Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber, de taxa de juros e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

b. Risco de liquidez
A gestão do risco de liquidez tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos direitos e obrigações da Companhia, assim como a liquidez dos seus instrumentos financeiros. A Companhia procura mitigar esse risco pelo equacionamento do fluxo de compromissos e a manutenção de reservas financeiras líquidas disponíveis em tempo e volume necessários a suprir eventuais descasamentos. Para isso a Companhia elaborou análises de fluxo de caixa projetado e revisa, periodicamente, as obrigações assumidas e os instrumentos financeiros utilizados, sobretudo o relacionamento à garantia das provisões técnicas.

b.1 Gerenciamento do risco de liquidez
Liquidez Disponível e aplicações financeiras

	Consolidado			
	2016		2015	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Imediata	30.651	2,477	18.292	3%
Mediata				
Disponível				
Certificado de depósitos bancários - CBD - pós, Debêntures				
Compromissadas, Fundos de renda fixa abertos e outros	478.275	69%	434.781	69%
De 241 a 360 dias	11.388	2%	12.728	2%
Acima de 361 dias	171.868	25%	166.286	26%
	692.182	100%	632.087	100%

Em conformidade com a Resolução Normativa 419/15 da ANS as controladas da Companhia mantêm aplicações financeiras vinculadas para a cobertura das Reservas técnicas no montante de R\$ 460.002 em 31 de dezembro de 2016 e R\$ 252.258 em 31 de dezembro de 2015.

b.2 Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)
A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (Assets and Liabilities Management). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das Estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

c. Risco cambial
A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio afeta principalmente as aplicações financeiras em fundo cambial. A variação no câmbio pode afetar ainda o resultado financeiro da Companhia em função da variação da moeda estrangeira na qual a aplicação se refere. A exposição da Companhia ao risco de variação cambial do mercado é aplicável a conta de aplicação e equivalentes de caixa.

Para o cálculo do cenário provável foi utilizada a taxa cambial projetada por instituições financeiras para 2017 (US\$1.00 - R\$3,08). Para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente.

	USD	R\$	Consolidado				
			Provável	-25% USD	+25% USD	-50% USD	+50%
Aplicações financeiras							
Fundos cambiais	USD	3,1	97.927 (11.866)	2,3 (33.382)	3,8 9.649	1,5 (54.897)	4,6 31.164
			97.927 (11.866)	(33.382)	9.649	(54.897)	31.164

d. Risco de Seguro
O modelo de negócio da Companhia é baseado na cobrança de mensalidades ou anuidades aos clientes e está exposto a risco de seguro decorrente da flutuação dos custos de plano de saúde e odontológico, sendo que no segmento odontológico o risco é limitado à frequência de utilização e pelo baixo custo dos tratamentos realizados.

No desenvolvimento e estruturação de plano de assistência à saúde e odontológica são levados em consideração o custo dos atendimentos, o modelo de atendimento que o beneficiário irá receber, o modelo de adesão aos planos de assistência à saúde e odontológica, o modelo de utilização da rede própria ou contratada e os honorários pagos aos profissionais da rede credenciada.

Adicionalmente a Companhia também analisa o risco de flutuação dos custos de assistência à saúde e odontológica e o impacto direto nos contratos com os clientes.

No gerenciamento desses riscos a Companhia monitora a sinistralidade em decorrência da utilização e eventuais deficiências são negociadas diretamente com os clientes para que o contrato possa ser equilibrado em relação a sua rentabilidade.

e. Risco de taxa de juros dos instrumentos financeiros
O risco de taxa de juros advém da possibilidade de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos ao valor presente do portfólio das aplicações financeiras e na captação de debêntures.

A Companhia adota a política de aplicação, em títulos majoritariamente pós-fixados, o portfólio financeiro da Companhia está, em sua quase totalidade, exposta à flutuação das taxas de juros no mercado doméstico - Certificado de Depósito Bancário (CDB), sendo o restante indexado à taxa SELIC. Pelo fato de não apresentar em sua operação contratos indexados a outras moedas/taxas, a mesma não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. A composição das aplicações está demonstrada na nota explicativa 8.

As suas controladas BCBF e Notre Dame Intermédica possuem captação em debêntures, a taxa é CDI e juros de 2,75% a.a. e 3,45% a.a., respectivamente, conforme nota explicativa 19.

Análise de sensibilidade de variações das taxas de juros
Para efeito de análise de sensibilidade a Companhia adotou taxas vigentes em data próxima a da apresentação das referidas demonstrações financeiras, utilizando a Selic, IPCA e CDI na projeção do cenário provável, para os cenários I e II estas taxas foram acrescidas/diminuídas em 25% e 50%, respectivamente. Desta forma, mantidas as demais variáveis constantes, o quadro a seguir demonstra simulação do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses (consolidado) considerando os saldos em 31 de dezembro de 2016:

	% - a.a.	R\$	Consolidado						
			Provável	Taxa	+25% Taxa	-50% Taxa	+50%		
Aplicações financeiras									
CDBs	CDI	8,4%	130.179	10.909	6,3%	8.182 10,5%	13.636 4,2%	5.455 12,6%	16.364
LFTs	Selic	8,5%	183.256	15.577	6,4%	11.683 10,6%	19.471 4,3%	7.788 12,8%	23.365
Fundo de renda fixa abertos	Selic	8,5%	246.209	20.928	6,4%	15.696 10,6%	26.160 4,3%	10.464 12,8%	31.392
Operações compromissadas	Selic	8,5%	3.954	336	6,4%	252 10,6%	420 4,3%	168 12,8%	504
Outros	Selic	8,5%	6	6	6,4%	1	1	1	12,8%
			563.604	47.751		35.813	59.688	23.875	71.626

Debêntures - BCBH CDI + 2,75% a.a. 11,3% (377.194) (42.434) 9,2% (34.731) 13,5% (50.970) 7,1% (26.612) 15,7% (59.090)
Debêntures - Notre Dame CDI + 3,45% a.a. 12,0% (273.032) (32.627) 10,0% (27.172) 14,3% (39.006) 7,8% (21.254) 16,5% (44.924)
(650.226) (75.061) (61.903) (89.976) (47.866) (104.014)

Feito líquido no resultado financeiro **(86.622) (27.310) (26.090) (30.288) (23.991) (32.388)**

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

</

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

(anteriormente denominada BCBH Participações S.A.)

CNPJ 19.853.511/0001-84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Variações das provisões técnicas:

	PEONA (I)	PPCNG (II)	Remissão (III)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	108.231	20.216	663
Saldo adquirido (Grupo Santamália)	42.655	13.316	-
Variações das provisões no período	(15.855)	5.202	197
Saldo em 31 de dezembro de 2015	135.031	38.734	860
Variações das provisões no período	16.215	6.343	(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	151.446	45.077	765

(i) Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA, classificado no passivo circulante é apurado por meio de estudo atuarial (Nota Técnica) e objetiva fazer face ao valor estimado dos pagamentos de eventos assistenciais que já tenham ocorridos, mas que não tenham sido notificados às Operadoras.

(ii) Saldo a pagar referente a contratação de PPCNG, classificadas no passivo circulante, são receitas pertinentes a períodos de cobertura de meses posteriores.

(iii) Provisão para remissão, classificada no passivo circulante e não circulante, são provisões para fazerem face às isenções de contraprestações pelos beneficiários, conforme o contrato.

21. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Obrigações contratuais (a)	-	-	48.924	-
Depósito de terceiros	-	-	7.862	3.041
Recebimento antecipado cliente	-	-	6.274	8.160
Débitos diversos	-	-	2.332	8.502
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	-	-	5.283	8.347
Total circulante	-	-	70.675	28.050
Obrigações contratuais (a)	89.618	58.860	48.161	16.797
Outros	120	118	3.771	3.231
Total não circulante	89.738	58.978	51.932	20.028
	89.738	58.978	122.607	48.078

(a) Obrigações contratuais

Referem-se à aquisição do Grupo Santamália, Family Hospital SS Ltda., a aquisição de ativos da Unimed ABC e transações com partes relacionadas com sua controladora Notre Dame Intermédica Saúde S.A., para as quais a Companhia é a controladora Notre Dame Intermédica assumiram obrigações contratuais, como demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Grupo Santamália (i)	-	-	5.799	5.075
Family Hospital (i)	-	-	10.948	11.722
Medtour (ii)	-	-	19.824	-
Unimed ABC (iii)	-	-	60.514	-
Notre Dame Intermédica (iv)	89.618	58.860	48.161	16.797
	89.618	58.860	97.085	16.797

(i) Parcela retida a ser paga decorrente da aquisição do Grupo Santamália e Family, o valor retido é atualizado pela taxa CDI.

(ii) Saldo a pagar referente a aquisição de edifício situado em Guarulhos, sendo esta obrigação atualizada pela taxa IGPM.

(iii) Referem-se a obrigações contratuais decorrentes da aquisição dos ativos operacionais e carteira de clientes e colaboradores da Unimed ABC (combinação de negócios), o saldo a pagar está vinculado a condições contratuais a serem cumpridas.

(iv) Referem-se a saldo a pagar a controladora referente à indenização decorrente de ações judiciais. A obrigação de ressarcimento deverá ocorrer em 23 de maio de 2020.

22. PROVISÕES PARA AÇÕES JUDICIAIS

Durante o curso normal de seus negócios, as empresas controladas ficam expostas a certas contingências e riscos. A provisão é estabelecida por valores atualizados, para processos trabalhistas, cíveis e tributários em discussão nas instâncias administrativas e judiciais, com base na opinião dos consultores jurídicos da Companhia, para os casos em que a perda é considerada provável:

		Consolidado				
		Provisões para ações judiciais				
	31 de dezembro de 2015	Principal/ reversão	Pagamentos	Atualização		31 de dezembro de 2016
1. Fiscais	103.457	(12.597)	-	4.521	-	95.381
1.1. ISS - Município de São Paulo	36.981	-	-	2.733	-	39.714
1.2. ISS - Município de Campinas	11.324	-	-	837	-	12.061
1.3. ISS - Município de Santo André	41	-	-	3	-	44
1.4. INSS novo FAP	8.806	547	-	684	-	10.037
1.5. INSS autônomos	12.553	(12.553)	-	-	-	-
1.6. Tributárias	33.752	(591)	-	264	-	33.425
2. Trabalhista	39.456	29.033	(10.427)	3.431	-	61.493
3. Cíveis	52.888	35.496	(19.496)	4.121	-	73.009
	195.801	51.932	(29.923)	12.073	-	229.883

		Consolidado				
		Provisões para ações judiciais				
	31 de dezembro de 2014	Reclassificação	Saldo adquirido/ reversão	Pagamentos	Atualização	31 de dezembro de 2015
1. Fiscais	85.411	-	3.004	6.928	(61)	8.175
1.1. ISS - Município de São Paulo	33.326	-	-	-	-	36.981
1.2. ISS - Município de Campinas	9.787	-	442	-	-	10.955
1.3. ISS - Município de Santo André	37	-	-	-	-	41
1.4. INSS novo FAP	8.806	(253)	1.255	-	745	8.806
1.5. INSS autônomos	6.889	253	-	-	-	33.752
1.6. Tributárias	28.313	-	3.004	(180)	(61)	2.676
2. Trabalhista	14.900	-	26.819	5.064	(8.850)	1.523
3. Cíveis	28.703	-	12.392	28.921	(20.660)	52.888
	129.014	-	40.913	(29.571)	13.230	195.801

(i) Saldos adquiridos referente às aquisições do Grupo Santamália (R\$30.715) e Family Hospital SS Ltda. (R\$11.500) conforme mencionado na nota explicativa 2.

Provisões para ações judiciais de natureza:

1. Fiscais
- 1.1 As Controladas questionam judicialmente a incidência do ISS (Município de São Paulo) sobre seu faturamento durante o período de novembro de 2001 a dezembro de 2002.
- Em decisão de 1ª instância foi julgado procedente a ação. Diante do acórdão que deu provimento ao recurso de apelação da municipalidade, foram opostos embargos infringentes. Aguarda-se julgamento.
- As Controladas discutem judicialmente o direito à incidência do ISS sobre diferença entre os valores recebidos na atividade de Plano de Saúde e os repassados a terceiros que efetivamente prestaram o serviço. Houve expedição de liminar em mandato de segurança, com respaldo em jurisprudência do STJ que pacificou entendimento sobre a matéria. Diante disto, o escritório de advocacia que patrocinava a ação emitiu "legal opinion" classificando o prognóstico de perda como possível. As Controladas efetuaram no exercício a reversão dos valores provisionados.
- 1.2 As Controladas questionam judicialmente a tributação do ISS no Município de Campinas sobre as atividades desenvolvidas nesta municipalidade e a constitucionalidade do item 4.23 da Lista de Serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 e da Lei Municipal nº 11.829.
- 1.3 As Controladas questionam judicialmente uma Execução Fiscal indevida objetivando a cobrança de suposto crédito tributário a título de ISS referente ao exercício de 2005. Foi determinada judicialmente a suspensão da Execução Fiscal e a Companhia aguarda julgamento dos Embargos.
- 1.4 As Controladas questionam judicialmente a aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) sobre a alíquota prevista para a contribuição ao SAT/RAT determinando-se à Autoridade co-autora que se abstenha da prática de quaisquer atos tendentes à cobrança dos valores supostamente devidos, em razão da aplicação desse fator, dentre eles a negativa de renovação da Certidão de Regularidade Fiscal. Requer-se, outrossim, o reconhecimento do direito de crédito da Impestrate.
- 1.5 As Controladas questionam judicialmente a não incidência das contribuições previdenciárias previstas no inciso III, artigo 22 da Lei nº 8.212/1991 sobre os valores pagos aos profissionais autônomos da área de saúde credenciados (contribuintes individuais) que prestam serviços ao seguro contratado.
- 1.6 Referem-se basicamente à auto de infração relativo às diferenças de valores de recolhimentos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, baseado na premissa de suposta existência de relação de vínculo empregatício com terceiros (pessoas jurídicas).
2. Trabalhistas
- As Controladas são parte reclamadas em certas ações de natureza trabalhista, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.
3. Cíveis
- As Controladas são parte reclamadas em certas ações de natureza cível, sendo que aquelas com probabilidade de perda provável encontram-se provisionadas pelos valores estimados de perda informados pelos seus consultores jurídicos.
- Em 31 de dezembro de 2016, as Controladas apresentaram outras ações de natureza cível e trabalhistas no montante total reclamado de R\$ 336.071 (R\$ 241.078 em 2015), de acordo com consultores jurídicos da Companhia apresentam probabilidades de perda possível e/ou remota motivo pelo qual não foram provisionadas.

23. PARCELA DIFERIDA DO PREÇO DE AQUISIÇÃO

Conforme instrumento de assunção de dívida de 31 de outubro de 2014, a Companhia, assumiu a obrigação da Bain Capital Brasil de pagar a parcela diferida do preço de aquisição no montante de R\$220.207 com vencimento em 21 de maio de 2020. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da parcela diferida do preço de aquisição era de R\$ 220.736 (R\$214.920 em 2015), conforme movimentação abaixo:

	31 de dezembro de 2014	Ajuste contábil	Atualizações monetárias	31 de dezembro de 2015	Ajuste contábil	Atualizações monetárias	31 de dezembro de 2016
Valor original da aquisição	254.240	-	-	254.240	-	-	254.240
Juros capitalizados conforme contrato - (10% a.a.)	15.534	-	27.370	42.904	-	30.235	73.139
Valor original - corrigido	269.774	-	27.370	297.144	-	30.235	327.379
Juros a realizar conforme contrato - (10% a.a.)	184.381	-	(27.370)	157.011	-	(30.235)	126.776
(-) Ajuste a valor presente (Selic + 2,75%)	(229.049)	-	34.600	(194.449)	-	36.574	(157.875)
Valor original - saldo valor presente	225.106	-	34.600	259.706	-	36.574	296.280
Provisão para contingências (a)	(21.343)	(23.443)	-	(44.786)	(30.758)	-	(75.544)
Saldo da parcela diferida do preço de aquisição	203.763	(23.443)	34.600	214.920	(30.758)	36.574	220.736

(a) Contingências a serem ressarcidas, respeitando as cláusulas contratuais estabelecidas no contrato de compra e venda de quotas e outras avenças.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) **Capital social**
- Em 31 de dezembro de 2016, o capital subscrito e integralizado da Companhia era de R\$992.873 em 31 de dezembro de 2015, composto por 992.983,728 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (992.873,522 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015). Em 6 de setembro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), a Companhia aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 110. Com a emissão de 110.206 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, fazendo frente a realização do plano de pagamento em ações (Stock Options).
- b) **Reserva de capital**
- Outras Reservas
- O montante de R\$ 2.396 refere-se ao resultado apurado da variação patrimonial decorrente da incorporação da Notre Dame, entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2015.
- O montante de R\$ 14.347 refere-se ao resultado apurado da variação patrimonial decorrente da incorporação das Empresas Santamália, Hospital Bosque da Saúde, Hospital Montemagno e Interodont - entre a data da base do acervo líquido contábil e a data da realização da incorporação em 31 de março de 2016.
- c) **Reservas de lucros**
- (i) Reserva legal - constituída obrigatoriamente, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida do prejuízo acumulado, até que seu valor atinja 20% do patrimônio líquido.
- (ii) Reserva estatutária - conforme Estatuto Social vigente, a Companhia, após a destinação da reserva legal, atribuir-se-á reserva para investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou a criação de novos empreendimentos.
- d) **Dividendos e juros sobre capital próprio**
- Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, conforme aprovação da Administração a Companhia não efetuou a distribuição de dividendos.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	2016	2015
Contraprestações efetivas de operações de plano de assistência à saúde	3.981.527	2.932.474
Vendas de bens e serviços ¹	262.831	145.191
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde da operadora	96	(231)
Receitas de serviços prestados	4.244.454	3.077.434
(-) Tributos diretos de operações de plano de assistência à saúde da operadora	(7.455)	(7.748)
Impostos sobre vendas de bens e serviços ¹	(17.269)	(13.155)
Receitas líquidas de serviços prestados	(104.724)	(92.903)
Vendas de bens e serviços - refere-se basicamente a prestação de serviços com rede própria de hospitais e pronto atendimentos.	4.139.730	2.984.531

26. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	2016	2015
Eventos conhecidos ou avisados	(3.159.932)	(2.276.559)
Exames	(112.751)	(77.506)
(-) Glosa	247.361	158.883
(-) Co-participação	73.111	24.169
SUS	(17.580)	(72)
Depreciação e amortização	(23.224)	(12.490)
Outras despesas operacionais de assistência à saúde não relacionadas com plano de saúde da Operadora	(73.962)	(46.618)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA)	(15.636)	16.234
	(3.082.613)	(2.213.959)

27. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Pessoal	(15.455)	(14.802)	(264.282)	(217.541)
Serviços de terceiros	(3)	(1)	(106.076)	(93.280)
Localização e funcionamento	-	-	(57.955)	(22.170)
Tributos	-	-	(9.221)	(12.414)
Publicidade e propaganda	-	-	(13.818)	(9.985)
Provisão (reversão) para contingências	-	-	(18.469)	(6.279)
Depreciação e amortização	-	-	(110.758)	(101.753)
Taxas, emolumentos, multas e juros	-	-	(7.169)	(1.689)
Perda (recuperação) com créditos	-	-	36	-
Provisão para reestruturação	-	-	(6.001)	-
Outras	(2)	-	(5.684)	(4.579)
	(15.460)	(14.803)	(599.397)	(469.690)

b. Despesas comerciais

	Consolidado	
	2016	2015
Remuneração - pessoal próprio	(7.475)	(4.639)
Apropriação despesa de agenciamento diferido	(64.692)	(28.784)
Comissões e agenciamentos	(101.397)	(81.901)
	(173.564)	(115.324)

c. Outras receitas líquidas

	Consolidado	
	2016	2015
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde	25.462	7.228
Perda ao valor recuperável - impairment	-	(4.202)
Outras despesas	(4.060)	(838)
	21.402	2.188

28. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Receitas com aplicações financeiras	-	-	80.319	59.950
Juros recebidos	-	-	12.666	8.642
Variação monetária ativa	-	-	2.117	273
Atualizações monetária de depósitos judiciais	-	-	15.239	15.407
Receitas com variação cambial	-	-	3.001	-
Ajuste a valor presente	-	-	2.732	196
Descontos obtidos	-	-	165	1.073
Outras receitas	-	-	165	6.203
	-	-	119.998	91.744
Juros financeiros debêntures	-	-	(113.716)	(69.930)
Custos financeiros debêntures	-	-	(1.963)	(125)
Comissionamento debêntures	-	-	(363)	(50)
Juros sobre preço de aquisição diferida (*)	(36.575)	(34.600)	(36.575)	(34.600)
Variação monetária passiva	-	-	(21.205)	(17.875)
Despesas com variação cambial	-	-	(6.369)	-
Multas e juros	-	-	(16.737)	(1.896)
Tarifas bancárias	-	-	(5.369)	(2.529)
Descontos concedidos	-	-	(377)	(415)
Ajuste a valor de mercado	-	-	(677)	(355)
Juros de leasing	-	-	-	(150)
Ajuste a valor presente	-	-	-	(562)
Outras despesas	-	-	(1.768)	(1.500)
	(36.575)	(34.600)	(205.811)	(129.311)
	(36.575)	(34.600)	(85.813)	(37.567)

Resultado financeiro líquido

(*) Este saldo refere-se à despesa financeira decorrente da atualização monetária da parcela diferida do preço de aquisição (vide nota explicativa 23).

29. PLANO DE PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES

Em 16 de outubro de 2014, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a criação e regulamentação do Plano de pagamento baseado em Ações (Plano).

O Conselho de Administração ficou autorizado a realizar aumentos de capital social da Companhia independentemente de reforma estatutária limitada a até 99.185.196 novas ações ordinárias para fazer frente a outorga do Plano, conforme parágrafo oitavo do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A Companhia outorgou 10.000.000 ações ordinárias para o programa "Restricted Stock Unit Agreement", o beneficiário terá que cumprir a carência, "vesting", de 5 anos (período total) com prestação de serviços para ser elegível a exercer as ações, o período total, "Time-Vesting", está subdividido em 5 períodos de 12 meses cada. O exercício da opção ocorrerá a partir da data de cada aniversário da concessão.

A Companhia outorgou o total de 67.776.580 ações ordinárias para o programa de "Stock Options", e está distribuído em "Time-Vesting" (representando 50% das ações outorgadas), e onde o beneficiário terá que cumprir a carência de 5 anos com prestação de serviços para ser elegível a exercer as ações, e "Performance-Vesting" (representando 50% das ações outorgadas), e onde para exercer as ações os beneficiários deverão atingir o desempenho acordado com os acionistas e o cumprimento do "Time-Vesting", subdivididas em "tranches", cada tranche correspondente a 12 meses. O exercício da opção ocorrerá a partir da data de cada aniversário da concessão.

A movimentação das ações do plano (ações e valores em milhares) está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações	Custo	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2014	75.572	2.698	38.993
Nova outorga	2.205	-	1.068
Custo realizado no exercício	-	-	14.801
Saldo em 31 de dezembro de 2015	77.777	17.499	40.061
Ajuste outorga 2014	5.510	-	2.640
Nova outorga	9.037	-	15.444
Opções exercidas	(110)	(59)	-
Opções canceladas	(992)	(651)	-
Custo realizado no exercício	-	-	16.165
Saldo em 31 de dezembro de 2016	91.222	32.954	58.145

O Plano totaliza em 91.221.683 ações ordinárias, que equivalem a 9,19% do capital da Companhia após o aumento do capital social.

Com base no CPC 10 (R1) - Pagamentos baseados em ações, a Companhia estima o valor justo por ação do Plano de Pagamento baseado em Ações. Em 31 de dezembro de 2016 está registrado o montante de R\$ 32.954 (R\$ 17.499 em 2015) referente ao custo da transação incorrida em decorrência do Plano de Pagamento baseado em Ações, que é considerado pelo Conselho de Administração da Companhia nível 3 na hierarquia do valor justo.

	Time-vesting				Performance-vesting				Totais		
	Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Valor das ações	Custo	Quantidade de ações	Valor justo por ação (R\$)	Valor das ações	Custo	Quantidade de ações	Valor das ações	Custo
Tranche 1	10.122	0,7714	7.808	5.909	8.122	0,5448	4.425	3.006	18.244	12.233	8.915
Tranche 2	10.122	0,7780	7.875	5.363	8.122	0,5421	4.403	3.006	18.244	12.278	8.369
Tranche 3											

Notre Dame Intermédica Participações S.A.

(anteriormente denominada BCBH Participações S.A.)

CNPJ 19.853.511/0001-84

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 02 de janeiro de 2017 foi aprovada o Protocolo de incorporação e justificação celebrado entre as empresas Family Hospital Ltda. e a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., ambas controladas pela Companhia. O objetivo da incorporação é racionalizar e unificar as atividades administrativas, bem como conquistar ganhos e sinergia operacional.

Em 23 de fevereiro de 2017 a Controlada Notre Dame Intermédica celebrou contrato de compra de dois hospitais, sendo eles o Hospital São Bernardo e o Hospital Baeta Neves. O Hospital São Bernardo é um hospital-geral com pronto-socorro, e o Baeta Neves é um hospital pediátrico com pronto-socorro, ambos localizados na cidade de São Bernardo do Campo. Em 04 de abril de 2017, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprovou a compra. Em 20 de abril de 2017 a transação foi concluída. Conforme condições contratuais o valor de aquisição não esta sendo divulgado.

Em 10 de março de 2017 a Controlada Notre Dame Intermédica efetuou a compra das empresas Ibrage locação e arrendamento de Imóveis, e Tijuca - Serviços de Assistência Médica Cirúrgica Infantil Ltda. A aquisição do Hospital SAMCI caracteriza-se pelo primeiro hospital do Grupo Notre Dame na capital carioca localizado no Bairro da Tijuca, possuindo capacidade para 80 leitos sendo 17 em UTI pediátrico oferecendo internação clínica e cirúrgica, além de possuir ambulatório e Pronto Atendimento 24 horas, consultas eletivas em diversas especialidades, exames e serviços de suporte diagnóstico. Conforme condições contratuais o valor de aquisição não esta sendo divulgado.

A DIRETORIA

Contador: **Josué Laurentino da Silva** - CRC ISP 256620/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da Notre Dame Intermédica Participações S.A., anteriormente denominada BCBH Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Notre Dame Intermédica Participações S.A. ("Companhia"), anteriormente denominada BCBH Participações S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Notre Dame Intermédica Participações S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 12 de maio de 2017 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Notre Dame Intermédica Participações S.A., que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 3(c), essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas conforme solicitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em ofício nº 36/2017/CVM/DRE/SEP para aprimorar determinadas divulgações as quais estão descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém modificação relacionada com esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Contingências

Conforme mencionado nas notas explicativas 4j e 22, a Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da Administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos da Companhia e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis da Companhia. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

2. Provisão para eventos ocorridos e não avisados (Peona)

A Companhia possui passivos relacionados a eventos ocorridos e não avisados que, conforme mencionado nas notas explicativas 4i e 20, requerem a constituição de uma provisão atuarial através da estimativa eventos/sinistros que já tenham ocorridos e que não tenha sido registrado contabilmente por sua controlada. O cálculo atuarial é baseado no histórico de notificações recebidas dos prestadores de serviços, que avisam a ocorrência dos eventos cobertos pelos planos recebidos até a data do balanço regulamentada pela ANS conforme RN 393/2015. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas complexas de longo prazo e altamente subjetivas.

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela Administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes da Peona, verificando a acurácia matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria, testes das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas à Peona.

3. Créditos tributários

A Companhia possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorrente, principalmente, do ágio apurado na aquisição do controle do Grupo Notre Dame Intermédica em 21 de maio de 2014.

Consideramos um assunto relevante de auditoria devido ao expressivo montante registrado, interpretações tributárias e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura, conforme descrito nas notas explicativas 4k e 13.

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela Administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros. Verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

4. Avaliação de perda do valor recuperável ("impairment") do ágio ("goodwill") registrado

Conforme descrito nas notas explicativas 4h e 17, em 31 de dezembro de 2016 os ativos da Companhia incluíam ágio de R\$ 480.133 mil gerado pela aquisição de controle do Grupo Notre Dame Intermédica em 21 de maio de 2014, cujo valor recuperável é analisado anualmente nos termos das práticas contábeis aplicadas no Brasil. A avaliação e a necessidade ou não de registro de provisão para perda ao valor recuperável é suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança.

Devido à relevância do valor do ágio, às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente, e pelo impacto que eventuais alterações das premissas de taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia. Com o auxílio de nossos especialistas em valorização, analisamos as premissas significativas e as metodologias utilizadas pela Companhia, incluindo as taxas de desconto e de crescimento das vendas no período de projeção e na perpetuidade, e avaliamos a consistência dos cálculos, comparando-os com informações do mercado disponíveis, com o desempenho efetivo e com previsões anteriores.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas na nota explicativa anteriormente mencionada.

5. Ambiente de tecnologia

O processamento das transações da Companhia e suas controladas, são dependentes da sua estrutura de tecnologia para o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios, decorrente do volume de transações no processo de faturamento e operações multilocalizadas. A não adequação do ambiente de controles gerais de tecnologia e de seus controles dependentes poderia acarretar em processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, essa foi uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Em 31 de março de 2017, a controlada Notre Dame Intermédica Saúde S.A. celebrou Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças ("Contrato") para aquisição da totalidade das quotas de emissão Grupo Nova Vida composto pelo Hospital e Maternidade Nova Vida, em Itapevi, e de mais três Centros Médicos, dois localizados em Jandira e outro em Cotia, na Grande São Paulo. O Hospital Vida possui 80 leitos, sendo 70 de internação e 10 na unidade de UTI além de atendimento de emergência em pronto-socorro. Tanto o Hospital como os Centros Médicos são referência em atendimento médico-hospitalar e ambulatorial na Zona Oeste da Região Metropolitana, com credenciamento dos principais planos de saúde. Conforme condições contratuais o valor de aquisição não esta sendo divulgado.

Em 25 de abril de 2017 através de assembleia geral extraordinária foi aprovado a alteração da denominação social da Companhia de BCBH Participações S.A. para Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 14 de junho de 2017, a Notre Dame Intermédica Saúde S.A., controlada da Companhia, celebrou a contratação de uma Brazilian Real Note com o Banco Santander (Brasil) S.A. - Grand Cayman Branch, no valor total de US\$45,8 milhões, equivalentes a R\$150,0 milhões, com vencimento em 18 de dezembro de 2017.

Sobre o valor do referido financiamento incidirão juros de 100% do CDI, acrescido de taxa de 2,17% ao ano. Os recursos percebidos em decorrência do financiamento serão utilizados para fins de capital de giro.

No contexto de nossa auditoria, com o auxílio dos nossos especialistas aplicamos procedimentos em relação ao ambiente de tecnologia da informação, incluindo, principalmente, a avaliação de controles automatizados dos sistemas aplicativos.

Uma vez que não foi possível depositar confiança nos controles dependentes de tecnologia, para obter conforto necessário em nossa auditoria, foi necessário executar testes adicionais a fim de avaliar a integridade e a precisão das informações geradas pelos sistemas, dos relatórios automatizados e, quando necessário, aplicação de procedimentos assistidos por computador de forma a permitir uma maior evidência de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a Administração e o Comitê de Auditoria da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de julho de 2017



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Grégory Gobetti
Contador-CRC-1PR039144/O-8